



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III GUARABIRA
CENTRO HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO”
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ANA GÉSSICA DAVID DA SILVA

**LEI 10.639/03: POR UMA EDUCAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA ANTONIETA CORREA DE MENEZES**

GUARABIRA

2017

ANA GÉSSICA DAVID DA SILVA

**LEI 10.639/03: POR UMA EDUCAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA ANTONIETA CORREA DE MENEZES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Área de concentração: História, Ensino e Currículo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Simone da Silva Costa

GUARABIRA

2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S5861 Silva, Ana Gêssica David da
lei 10.639/03: [manuscrito] : por uma educação de valorização
das relações étnico-raciais na escola Antonieta Correa de Menezes
/ Ana Gêssica David da Silva. - 2017.
23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.
"Orientação: Simone da Silva Costa, Departamento de
História".

1. Lei 10.639/03. 2. Formação Docente. 3. Livro Didático.
I. Título.

21. ed. CDD 371.9

ANA GÉSSICA DAVID DA SILVA

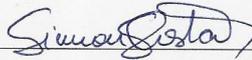
**LEI 10.639/03: POR UMA EDUCAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA ANTONIETA CORREA DE MENEZES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Área de concentração: História, Ensino e Currículo.

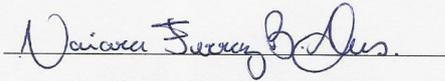
Aprovada em: 04/04/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dr.^a. Simone da Silva Costa

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a. M.^a. Naiara Ferraz B. Alves

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.^a. M.^a. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe, ao meu pai, irmão, e meu noivo, pela
dedicação, companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que se faz presente em todos os momentos desde o nascer ao por do sol e principalmente nos dias anuviados, nesses dias pude senti-lo segurando em minha mão e apontando a direção a seguir, meu maior motivador.

A minha mãe, Maria da Luz e a meu irmão Jefferson, pelo amor, pelo estímulo e pelas ligações ao fim da tarde para saber se eu já estava a caminho de casa, por tudo que fazem para me ver galgar mais esse degrau na vida.

A meu pai, Ednaldo, pelo amor, incentivo e por todas as vezes que me disse: “estude, que pra quem não estuda é mais difícil”.

A você, jamais te esqueceria Joel, por toda ajuda sempre, pelas noites em claro organizando nossas atividades e principalmente por me ensinar a história do amor em todos esses anos.

A toda minha família, Vó, sempre me dando conselhos, avô (*in memoriam*), tios, primos, que essa conquista seja um incentivo para nunca desistirem de seus propósitos.

A Universidade Estadual da Paraíba Campus III, aos funcionários na pessoa de Naiara Ferraz a coordenadora do curso, por sua sempre disponibilidade em nos ajudar, pela atenção e acolhimento durante nossa passagem nessa instituição.

Aos meus amigos Livia e Nilton e demais colegas da sala da turma 2012.2, pelas tardes inesquecíveis e emoções que juntos vivemos ao longo desse curso.

A minha orientadora Simone Costa, por tanta dedicação e empenho neste período de orientação e principalmente pela forma gentil com que sempre me tratou e não poderia esquecer pelas infinitas sugestões de leituras.

Aos professores do Curso de História, cada um com suas particularidades contribuíram ao longo desses quatro anos, por meio das disciplinas e debates.

A Escola Antonieta Correa de Menezes, instituição da qual tive o privilégio de fazer parte nos anos 2009, 2010, 2011, local que tornou-se campo de estudo para esse trabalho e aos educadores que ali se encontram a professora Lenira Marques e Denise Pereira a vocês muito carinhosamente agradeço pela ajuda sempre presente.

A todos, meus sinceros e humildes agradecimentos, a caminhada é longa porém, jamais me esquecerei de vocês.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	CONTEXTUALIZANDO A LEI 10.639/03.....	10
3	FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A LEI 10.639/03 E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE VALORIZAÇÃO AS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS	12
4	COMO OS NEGROS SÃO REPRESENTADOS NO LIVRO DIDÁTICO?	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21

RESUMO

O presente artigo discute sobre a Lei 10.639/03 e sobre aspectos necessários para a aplicabilidade da mesma em sala de aula, ressaltando a importância da formação docente e a relação professor-livro didático. A pesquisa foi realizada na Escola Antonieta Correa de Menezes, localizada na cidade de Pilões- PB com os professores e o livro didático utilizado no ano letivo de 2016 na disciplina de História nas turmas do 2º ano médio. A metodologia adotada consistiu na análise qualitativa dos dados coletados a partir de questionários aplicados aos professores de diversas disciplinas atuantes na instituição. Como resultado, identificamos nos relatos dos professores a carência de formação e as muitas dificuldades em trabalhar uma educação voltada às relações étnico-raciais. Portanto, considerando a relevância da lei 10.639/03, buscamos refletir a importância da formação docente assim como a forma de apresentação dos negros no livro didático.

Palavras-chave: Lei 10.639/03. Formação docente. Livro didático.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o intuito de observar os desafios e possibilidades da aplicabilidade da Lei 10.639/03¹, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB/Lei 9.394/96 tornando obrigatório o estudo sobre a Cultura e a História Afro-Brasileira e Africana no ambiente escolar, representado aqui pela Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Antonieta Correa de Menezes, localizada na cidade de Pilões- PB.

Sabemos que mesmo passados mais de dez anos após a instituição desta legislação as condições de aplicabilidade ainda são muito tímidas ou mesmo nunca chegaram a ser debatidas e aplicadas em algumas escolas. Nesse contexto, pretende-se conhecer através deste trabalho a realidade dessa instituição no que se refere às condições e aos problemas no desenvolvimento de práticas pedagógicas que enfatizem as questões étnico-raciais. Para isso, buscamos analisar situações que interferem diretamente nessa realidade escolar, tais como: a formação dos profissionais e os recursos didáticos disponíveis aos professores e alunos ali inseridos, visto que esses dois aspectos estão fortemente associados e podem contribuir positivamente para fortalecer o diálogo sobre essa temática obrigatória.

A pesquisa tem como objetivo geral saber quais conhecimentos os profissionais da instituição anteriormente citada têm sobre a lei 10.639/03, reforçando a necessidade de formações sobre a temática. Apresentaremos, também, uma breve análise sobre o livro didático de História, **BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História Sociedade e Cidadania: 2º**

¹ Sabemos que a Lei 10.639/03 foi modificada tornando-se a lei 11.645/08, no entanto para a perspectiva da pesquisa pretendida, optamos pela permanência com a primeira, pois a mesma contempla nossa linha de estudo.

ano/ 1. ed. – São Paulo: FTD, 2013 utilizado no ano letivo de 2016 na escola Antonieta Correa de Menezes.

A escolha do local da pesquisa deve-se a sua importância na formação dos alunos, visto que a instituição é a maior do município oferecendo o nível médio e conseqüentemente tem o maior número de alunos. Já num segundo instante, o intuito foi de contribuir com as discussões sobre esse assunto, pois, percebemos que existe uma lacuna no que trata de uma educação voltada para a diversidade cultural, principalmente quando se pensa em trazer questões relacionadas ao continente africano para as conversas em sala de aula, uma vez que em nosso país por muito tempo a sociedade escondeu seu preconceito atrás do mito da democracia racial².

Existe uma grande dificuldade em discutir temas voltados às relações étnico-raciais e muitas são as questões que distanciam das nossas salas de aula esse diálogo. O presente estudo pretende discutir a importância da temática na formação dos profissionais docentes e a forma como o livro didático apresenta os conteúdos relacionados ao povo Africano, muitas vezes de maneira pejorativa e estereotipada, nesse sentido, justificamos nossa pesquisa, a partir da necessidade de discutirmos essa problemática.

O contato e o interesse pela temática abordada aconteceu quando cursávamos o componente curricular História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. As conversas e experiências compartilhadas durante as aulas foram um estímulo para essa escolha, considerando que era algo muito próximo das escolas pelas quais passamos. Enxergamos, então, que era preciso de alguma forma contribuir com as discussões relacionadas a essa realidade e para isso contamos com o auxílio do professor regente³ desse componente curricular e com o apoio da professora da escola Antonieta Correa de Menezes⁴ que nos acompanhou durante o estágio.

Para fortalecer essa discussão, buscamos embasamento no seguinte referencial teórico ALVES (2012), BRASIL (2003), FERNANDES (1996 e 2005), GOMES (2003 e 2012), GOLÇALVES et. al, (2012), HERNANDEZ (2007), KRAUSS et. al, (2010), OLIVEIRA et. al, (2014), SILVA (2012).

² A ideia de democracia racial, ressignifica o conceito de miscigenação, que, no fim do século XIX era visto de forma pejorativa. Neste século, o Brasil miscigenado era visto pela Europa, como um país de gente híbrida, feia, degenerada, que abrigava um tipo indefinido de ser humano, deficiente no corpo e no intelecto, seres atrasados. (SILVA, 2012, p. 104)

³ Waldeci Ferreira Chagas

⁴ Lenira Marques da Silva

A pesquisa realizada contou com a participação de quatro docentes, sendo dois professores (um da disciplina de história e outro das disciplinas de filosofia e sociologia), bem como duas professoras (uma da disciplina de história e outra de geografia) todos atuantes na mesma instituição. O questionário utilizado era composto por nove questões discursivas e objetivas sobre as relações étnico-raciais no contexto escolar, destinado principalmente aos professores de diferentes disciplinas de nível fundamental e médio daquela escola para que os mesmos pudessem responder conforme sentissem necessidade.

É imprescindível, voltar nossos olhares e saber que trabalhar esse tema ainda é algo impactante dada a complexidade e as múltiplas formas de pensamento dos sujeitos. A relevância dessa pesquisa consiste em debater a realidade vivenciada nas escolas do nosso país, pois trabalhar as questões étnico-raciais é problematizar a realidade do racismo que, segundo GONÇALVES, 2012, p. 52, no ambiente escolar muitas vezes é escondido ou praticado pelos próprios professores e outros atores daquele espaço. Vejamos:

O sistema educacional no Brasil reproduz, com frequência, práticas discriminatórias racializadas e racistas. Existe um círculo vicioso que combina racismo, pobreza, fracasso escolar e marginalização social. (GONÇALVES, 2012, p. 52).

As práticas discriminatórias observadas por Gonçalves caracterizam, rótulos que são muitas vezes atribuídos aos sujeitos negros que acabam sendo desacreditados perante a sociedade a qual estão inseridos, sendo assim, faremos adiante uma contextualização da lei 10.639/03 para que possamos compreender e conhecer os caminhos trilhados até a concretização dessa lei que é símbolo das reivindicações de negros e negras .

2. CONTEXTUALIZANDO A LEI 10.639/03

O Movimento Negro Unificado (MNU) surge após 1978 como uma grande referência de contribuição as lutas do povo negro, nessa perspectiva:

Tratando-se de pensar a cidadania e os direitos de negros e negras do Brasil, instaura-se, sobretudo, a partir do surgimento do Movimento Negro, um momento de lutas pelos direitos dos grupos minoritários no Brasil. (SILVA, 2012, p. 107)

Nesse contexto, o movimento buscava o reconhecimento do povo negro, bem como, sua valorização, e principalmente o direito à educação de qualidade.

O que conhecemos hoje como a Lei 10.639/03 é fruto de reivindicações dos Movimentos Sociais Negros e dos intelectuais que lutaram incansavelmente para garantir seus direitos e de uma minoria. A referida legislação surge incentivada por muitas discussões ao longo dos anos, vem da necessidade de reconhecermos nossas raízes culturais e principalmente tratar com igualdade os que contribuíram para a construção das características do povo brasileiro.

A Lei 10.639/03, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB/Lei 9.394/96 tornando obrigatório o estudo sobre a Cultura e História Afro-Brasileira e Africana nas redes de ensino pública e privada em todo o território brasileiro foi instituída no governo do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da educação, Cristovam Ricardo Cavalcante Buarque, a fim de atender as mais diversas reivindicações, principalmente do Movimento Negro Unificado (MNU), cujo intuito era combater o histórico de inferiorização dos negros e negras através da educação formal. A lei instituída em nove de janeiro de 2003 vem para discutir nas escolas brasileiras um tema considerado, ainda, muito complexo.

Com a criação da referida lei 10.639/03 acrescentou-se à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-Lei 9.394/96), os artigos 26-A, 79-A e 79-B, destes foram vetados o § 3º do artigo 26-A e o artigo 79-A por não apresentarem concordância com a LDB de 1996 nem com a Constituição de 1988. Vejamos a seguir o que versam os artigos modificados da LDB:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômico e político pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL, 2003).

A Lei 10.639/03 tem por objetivo destacar e valorizar as características dos africanos e afro-brasileiros dando-lhes o reconhecimento que por anos, na educação brasileira, foi negado e fortemente silenciado, e não trocar uma educação eurocêntrica por uma afrocêntrica.

O grande desafio em relação a essa lei são as grandes mudanças que devem ocorrer para que se possa dizer que ela está sendo posta em ação, uma das grandes dificuldades é fazer

com que os próprios docentes não a enxerguem apenas como algo a ser trabalhado na disciplina de História, ao contrário, faz-se necessário a percepção da interdisciplinaridade, ou seja, que as questões étnico-raciais devem perpassar todo o currículo escolar, “(...) o MEC, a universidade, os centros de formação de professores, as escolas, enfim, todos se preocupam e concordam que é preciso hoje formá-los mais adequadamente (...) mas apenas investir numa melhor formação não é o suficiente” (GOMES, 2003, p. 169).

Cada degrau que se constrói em relação a essa temática é um novo desafio, principalmente quando consideramos a grande resistência em torno da mesma, principalmente no ambiente escolar quando muitas vezes não se tem subsídio suficiente para tratar sobre esse assunto sendo, portanto, segundo OLIVEIRA (2014) “necessários investimentos em materiais didáticos, que apresentassem a diversidade étnico-racial como fenômeno estrutural da história e cultura brasileira e, especialmente, investimentos na formação de professores” (OLIVEIRA, 2014, p. 3).

Neste aspecto, o próximo ponto deste trabalho discutirá sobre a importância da formação dos professores voltada para a Lei 10.639/03, apresentando os resultados dos questionários aplicados aos professores da Escola Antonieta Correa de Menezes, o que nos proporcionará observar como cada um destes se posiciona em relação à temática e conhecer suas inquietações relativas ao assunto.

3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A LEI 10.639/03 E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE VALORIZAÇÃO AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Sabemos que no sistema educacional brasileiro práticas discriminatórias afloram, inclusive na sala de aula, espaço que por vezes acaba sendo reprodutor das ações negativas da sociedade. A forma como o docente conduz as discussões sobre as questões étnico-raciais na sala de aula, fará com que o silêncio do racismo dê espaço ao diálogo e as problematizações pertinentes.

Sempre é motivo de questionamentos se os docentes estão aptos a trabalhar essa temática. Inúmeras preocupações surgem juntamente com a necessidade de se investir na formação docente, pois é através dela que o professor

Poderá desmistificar os valores particulares que os currículos escolares muitas vezes tentam tornar gerais ou hegemônicos. Ele poderá combater com eficácia a forma estereotipada e preconceituosa com que os afro-brasileiros são enfocados nos livros didáticos: na maioria das vezes, aparecem como e enquanto escravizados (GONÇALVES 2012, p. 54).

A formação dos profissionais é indispensável, porém como sabemos apenas essa ação não é bastante, para de forma eficaz, trabalhar essa temática em sala de aula, ainda é preciso que se faça mais, pois somos conhecedores que ainda é um grande problema no sistema educacional brasileiro a qualificação do corpo docente em todos os níveis de ensino, em que percebemos muitos casos de professores que apenas estão habilitados para “formação polivalente e sem curso superior”, e que “precisam estar habilitados a trabalhar com essa nova temática curricular.” (FERNANDES, 2005, p. 384).

Sempre nos referimos a formação de professores como uma forma para combater e desconstruir tantas desigualdades. Com o intuito de compreender o impacto da Lei 10.639/03 no contexto escolar questionamos os docentes: **Você conhece a Lei 10.639/03? Em caso de resposta positiva, qual a importância da aplicabilidade dessa lei na escola?**

Sim, Ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. É de suma importância um esclarecimento maior sobre a temática para que o aluno passe a valorizar mais as nossas raízes culturais. (Professora B- de História)

Sim. Sabe-se que as raízes das pessoas que residem no Brasil são de diversas origens, estas leis colocam à mostra duas questões que muitas vezes são preferíveis serem escondidas, isto significa dizer que, há uma lacuna entre esta aplicabilidade da lei e a formação dos profissionais, em suma há uma grande necessidade de efetivação das leis citadas. (Professor C- de Filosofia e Sociologia)

Sim, conheço. É de suma importância, pois, nós como professores formadores de opinião temos o importante papel de gerar e desenvolver discussões em sala de aula, dando a oportunidade de os alunos conhecer a cultura afro-brasileira, e como a cultura negra africana ajudou a desenvolver nossa multiculturalidade brasileira, conhecendo o papel dos negros tão importante nessa formação da sociedade brasileira. Diferente de antes quando a única forma de falar dos negros era quando se remetia a escravidão no Brasil. (Professor D- de História)

Sim. A lei federal 10.639/03 tem o intuito de obrigar o ensino de história da África, cultura afro-brasileira nas escolas, portanto, é simbolicamente uma correção do estado brasileiro pela ausência de políticas públicas, em especial para a população negra. Com isso, o trabalho dessa temática na sala de aula é de extrema importância para valorizar a história e a cultura afro-brasileira dentro da escola, no sentido de ampliar a discussão que trata da diversidade cultural e étnico- racial que ajudaram a formar o país. Se não quer tornar-se um espaço de exclusão, a escola precisa abrir-se ao diálogo construtivo com todos os envolvidos no processo educativo, tornando-se um lugar privilegiado, de reflexão crítico, sobre os diversos problemas decorrentes no mundo atual, como por exemplo, as polêmicas próprias do racismo e preconceito praticados dentro da escola. (Professora E- de Geografia)

Percebemos que em todos os relatos os professores demonstram saber a que se refere a lei, bem como apontam a importância de desenvolvê-la na escola dando espaço para essa discussão em sala de aula como uma maneira de levar aos alunos a história da população negra que vai e está além da escravidão tão conhecida na nossa sociedade. No entanto, é preciso que antes de chegar aos alunos os professores estejam preparados para lidar com a educação das relações étnico-raciais (ERER), dessa forma,

É bom lembramos que, se a formação continuada de professores é um direito do professor, esse processo formativo coloca algumas exigências para esses profissionais, tais como disponibilidade para aprendizagem e vontade de aprender a aprender, entre outras. Da instituição escolar, por outro lado, requer-se que sejam criadas alternativas, ou condições, que propiciem a esses profissionais a continuidade de seu processo formativo. (...) possibilitando-lhes perceber e decodificar os estereótipos racistas antinegros e anti-indígenas veiculados pelos diversos materiais didáticos colocados à sua disposição e a poder desmistificar valores particulares que os currículos escolares, muitas das vezes, tentam tornar gerais ou hegemônicos, bem como desmascarar a sobrevivência do mito da democracia que ainda se faz presente hoje e atua com relativa intensidade na maior parte dos currículos dos cursos de graduação das universidades brasileiras e que se materializa na prática docente (GONÇALVES 2012, p. 57).

Concordamos com GONÇALVES (2012), no sentido em que para acontecer uma educação com o objetivo de eliminar o racismo, os discursos de diferenças e as práticas pedagógicas excludentes os profissionais da educação devem estar dispostos e disponíveis a ajudar os alunos a perceberem-se iguais nas suas diferenças promovendo a valorização de maneira positiva em relação à questão racial e desmistificando os rótulos atribuídos ao povo e cultura africana, enxergando que essa questão não é um problema designado a um povo específico, mas é antes de tudo um problema da sociedade .

Nesta perspectiva, almejávamos saber de que maneira esse conhecimento sobre a lei 10.639/03 chegou a estes profissionais e o que mudou em suas aulas após o conhecimento da mesma. Nesse sentido, fizemos a seguinte indagação aos participantes da pesquisa: **Professor, você já participou de alguma formação sobre a lei 10.639/03? Se sim, foi eficaz? Contribuiu para a inserção dos temas na sala de aula?**

Sim, contribuiu muito, a minha Especialização em História do Brasil e foi muito eficaz. (Professora B- de História)

Sim, durante minha formação paguei as disciplinas como cadeira obrigatória do curso, sim foi eficaz e nos permitiu enxergar as culturas de que se trata as leis e a necessidade de as trabalhar. (Professor C- de Filosofia e Sociologia)

Não. (Professor D- de História)

Não. (Professora E- de Geografia)

Observando essa realidade vemos que os docentes da escola Antonieta Correa de Menezes demonstram carência de formação na área da educação das relações étnico-raciais (ERER). Acreditamos que é necessário trabalhar baseando-se na Lei 10.639/03, pois assim é possível desenvolver de maneira mais profunda e não superficial o que se exige na mesma, evitando apenas citar o povo negro nos momentos comemorativos, uma vez que, de acordo com a afirmação de KRAUSS (2010) “é importante atentarmos para o perigo de ‘folclorizar’ a história e a cultura afro-brasileira, despolitizando e reduzindo a um mero elemento de constituição de uma suposta identidade nacional” (KRAUSS 2010, p. 866)

Os depoimentos evidenciam que mesmo com a exigência da implementação da Lei 10.639/03 em todas as instituições de ensino em território brasileiro, as dificuldades em relação à formação dos profissionais ainda é preocupante, conseqüentemente, cresce a impossibilidade dos mesmos trabalharem essa temática de forma crítica em sala de aula, porém com essa precariedade, cada vez mais as discussões relativas à diversidade cultural do nosso país se afastam dos nossos alunos. Nesse sentido, segundo GONÇALVES (2012) é de grande importância

(...) realizar um trabalho educativo que dê conta de tantas e complexas questões como as que estão envolvidas no processo de (des)construção do racismo em nossa sociedade é problematizar o racismo em nossas salas de aula; questionar o preconceito e a discriminação, ainda tão presentes em nossa sociedade e , portanto, em nossas escolas, apesar dos discursos em contrário (GONÇALVES 2012, p. 58)

Percebemos como é necessário que o professor esteja em constante formação, só assim poderá contribuir de forma positiva acerca dessa temática, do contrário, corre-se grande risco de reproduzir falas racistas e preconceituosas, segregando e fortalecendo as diferenças de forma negativa, silenciando ainda mais um tema que precisa de visibilidade e principalmente de pessoas aptas para não torná-lo ainda mais complexo.

Muitas dificuldades são encontradas para desenvolver certas temáticas em sala de aula, embora seja obrigatório o ensino sobre a Cultura da África não se tem, muitas vezes, o necessário para propor essa discussão juntamente aos alunos, uma vez que este trabalho deve ser proposto de maneira bem estruturada. Nesse sentido, questionamos aos docentes: **Você encontra algum obstáculo para trabalhar a temática na sala de aula? Se sim, quais?**

Não. (Professora B- de História)

Não, na escola em que trabalho o professor tem abertura para desenvolver suas atividades, podendo, apenas o maior obstáculo ser a formação do profissional e a necessidade que ele observe nestas temáticas. (Professor C- de Filosofia e Sociologia)

Na verdade não, as discussões são inevitáveis, os alunos são muito atentos, e eles mesmo buscam discutir temas como discriminação racial, quando veem no jornal

matérias que falam sobre casos de discriminação, como a pouco tempo vinha acontecendo nos EUA. (Professor D- de História)

Os alunos não estão habituados a discutirem sobre o tema, que por sua vez, está diretamente ligado ao preconceito e suas múltiplas faces e com isso, há sempre uma rejeição da maioria, dificultando o trabalho do mesmo em sala de aula. (Professora E- de Geografia)

Alguns problemas são apontados pelos professores que dificultam a aplicabilidade da lei, a falta de material didático adequado, por exemplo, a rejeição em discutir sobre o assunto, essas dificuldades são inúmeras, vão além do que nos respondem os professores aumentando ainda mais o desafio de desenvolver com qualidade a educação das relações étnico-raciais (ERER).

Dentre os aspectos apresentados pelos professores, voltemos nossa atenção para a ausência de material pedagógico adequado para se trabalhar o tema. Na maioria das vezes nas escolas das nossas cidades, o único apoio que professores e alunos dispõem é o livro didático, não queremos com isso criticar o uso do mesmo nas aulas, ao contrário, acreditamos que o bom uso desse recurso proporciona um bom diálogo, mas precisamos ter uma atenção diferenciada frente ao que está posto nesses manuais já que

(...) os estudos do campo étnico racial têm observado que o livro didático é um dos principais instrumentos pedagógicos que promove a reprodução das ideologias que dão subsídio às práticas de discriminação e a percepção estereotipada sobre os grupos étnico-raciais, especialmente os negros (OLIVEIRA, 2014, p. 6).

Considerando o que observa Oliveira (2014), sabemos que é preciso melhorar os recursos pedagógicos, e quando pensamos nos livros didáticos, compreendemos que, nem sempre os que estão acessíveis nas escolas atendem às necessidades, com isso é recorrente encontrarmos manuais que trazem informações desatualizadas, descontextualizadas e principalmente que apontam de forma explícita aspectos negativos em relação à cultura africana e a seu povo, como sendo uma verdade absoluta em relação aos mesmos.

Analisando esses fatores o próximo ponto dessa pesquisa se propõe a discutir a forma como o povo negro está descrito no livro didático. Para tanto, utilizaremos o manual didático de História do ensino médio sobre o qual faremos uma breve análise de alguns conteúdos que tratam da cultura afro, porém para chegarmos a esse estudo utilizaremos alguns questionamentos feitos aos docentes através do questionário que já está contribuindo com essa pesquisa.

Reconhecemos a importância desse suporte pedagógico, nosso intuito então é reforçar a atenção que o professor deve ter ao optar pelo uso desse instrumento de trabalho quanto à

forma como os conteúdos estão apresentados, pois embora venham passando por grandes mudanças ainda trazem características tradicionais e por vezes colocam o negro em condições de inferioridade.

4. COMO OS NEGROS SÃO REPRESENTADOS NO LIVRO DIDÁTICO?

Em meio as muitas falhas nas escolas do nosso país, está a falta de material didático/pedagógico que possibilite discussões de qualidade nas aulas, já que na maioria das vezes o único recurso que se tem é o livro didático tanto para o professor quanto para os alunos o que não é um problema, no entanto, devemos estar atentos para que não se tornem aluno e professor reprodutores dos discursos estereotipados inseridos nos livros, pois muitas vezes

Os livros didáticos, sobretudo os de história, ainda estão permeados por uma concepção positivista da historiografia brasileira, que primou pelo relato dos grandes fatos e feitos dos chamados “heróis nacionais”, geralmente brancos, escamoteando, assim, a participação de outros segmentos sociais no processo histórico do país. Na maioria deles, despreza-se a participação das minorias étnicas, especialmente índios e negros. Quando aparecem nos didáticos, seja através de textos ou de ilustrações, índios e negros são tratados de forma pejorativa, preconceituosa ou estereotipada (FERNANDES, 2005, p. 380).

Diante dessa realidade que FERNANDES (2005) nos faz refletir, questionamos aos professores da Escola Antonieta Correa de Menezes, em relação aos materiais pedagógicos que a escola oferece para que possa ser abordada a temática da cultura afro na escola com base na legislação 10.639/03: **Há na escola livros didáticos sobre a temática? Em sua opinião, os livros didáticos possuem um discurso que contribui para a valorização da diversidade cultural evitando o preconceito?**

Há sim, temos uma biblioteca riquíssima. Sim, com certeza os livros didáticos possuem um conteúdo satisfatório. (Professora B- de História)

Sim, há alguns meses atrás chegaram coletâneas de temas transversais e específicos do tema e os livros utilizados já abordam a cultura afro e indígena. Não, os livros que são utilizados hoje já abordam esta temática, o que já é um avanço, mas, ainda trazem a Europa como berço dos seres e da organização. (Professor C- de Filosofia e Sociologia)

Não há livros específicos, mais o livro didático que estamos trabalhando já vem com o tema abordado de maneira significativa. Acredito que sim, mais é claro que o professor deve filtrar algumas coisas e apresentar para os alunos a dúvida, a discussão, sobre o discurso colocado no livro. Acredito que depende muito do professor, gerar a discussão e desenvolver um ambiente que proporcione uma relação natural com temas como discriminação racial, pra que a partir do trabalho com os temas da cultura afro-brasileira nas aulas possam fazer com que os alunos entendam que os negros foram protagonistas de conquistas e tiveram papel de suma importância na formação da cultura da sociedade brasileira. (Professor D- de História)

Sim. O livro didático vem a oferecer uma base para o trabalho docente em sala de aula, traz consigo um breve histórico dessa diversidade existente no nosso país, porém, por si só, ele não faz um diálogo tão eficaz sobre tal temática, contudo, se faz necessário o aprofundamento do tema, buscando outras fontes que possam complementar o tema, abordando-o de forma mais ampla. (Professora E- de Geografia)

Os depoimentos mostram que mesmo com a existência de alguns livros que estão disponíveis na escola, ainda é muito pouco o que se tem para trabalhar a temática da história e da cultura Afro, já em relação à descrição dos negros e negras dentro dos conteúdos apenas um dos docentes declara que é satisfatória a forma como a temática está posta nos livros os demais reforçam a necessidade de selecionar as informações, pois percebem geralmente a Europa como ponto principal nesses manuais.

Apresentaremos então a breve análise proposta ao livro didático de história **BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História Sociedade e Cidadania: 2º ano/ 1. ed. – São Paulo: FTD, 2013**, trabalhado na Escola Antonieta Correa de Menezes durante o ano letivo de 2016 pelos professores de história, estruturado da seguinte maneira: quatro unidades, compostas por dezesseis capítulos, dos quais, apenas dois contemplam nosso tema de estudo, sendo destes o capítulo VI intitulado “Africanos no Brasil: dominação e resistência” e o capítulo XVI cujo tema é “Abolição e República”.

Nosso foco de estudo será o capítulo VI. Justificamos essa escolha pelo fato de neste estarem contidos temas mais diversificados atendendo a proposta da lei 10.639/03, no entanto a forma como esses temas estão apresentados e consequentemente discutidos nas escolas não contemplam a intenção dessa legislação, vejamos o que afirma ALVES (2012):

(...) a regulamentação da Lei 10.639/2003 desencadeou algumas mudanças que teoricamente deveriam estar presentes em toda a forma de se estudar nossa sociedade, de entender o negro afro-brasileiro como sujeito construtor da nossa história. Esse é o grande desafio dessa Lei, transformar. (ALVES, 2012, p.15)

Requer grande atenção antes de analisarmos os conteúdos, o fato de em um livro didático com tantos capítulos, o negro, bem como sua história praticamente (des) aparecer, vejamos então como a temática obrigatória proposta pela lei 10.639/03 é apresentada.

O capítulo VI, unidade II- Diversidade e Pluralismo Cultural, que aborda questões voltadas ao povo africano intitulado de “Africanos no Brasil: dominação e resistência” traz fotos de afrodescendentes famosos a exemplo de Gilberto Gil e também outros cantores,

usando três questões norteadoras para iniciar o diálogo: *Você conhece essas personalidades? Profissionalmente em que área eles atuam? O que você sabe sobre os ancestrais dessas personalidades?* Posteriormente acrescenta uma frase como legenda: Dois elementos são comuns a todos estes personagens: são afrodescendentes e alcançaram reconhecimento social e prestígio nas suas respectivas áreas de atuação.

No entanto, diante desse exposto nos questionamos, pois, conhecemos negros e negros que se destacam em muitas outras áreas não apenas na arte da música, pessoas que estão espalhadas pelo nosso país dando sua contribuição de forma grandiosa e mesmo assim quase nunca são lembradas, uma vez que dentro da sociedade a ausência de um grande sobrenome contribui para essa diferenciação negativa entre os indivíduos, por isso acreditamos que,

É importante que os professores e alunos tenham acesso aos conhecimentos relacionados à diversidade étnica, porque se as instituições educacionais apreenderem e tratarem adequadamente a questão etnicorracial, elas podem ajudar seus alunos a se reconhecerem no meio social em que vivem, valorizando a diversidade étnica do seu país (...). (OLIVEIRA 2014, p. 2)

Posteriormente, há um box intitulado “Para saber mais” trazendo um recorte do texto de Leila Hernandez “A escravidão na África, antes dos europeus” no qual são mostrados motivos que geravam a escravidão, um texto que tenta argumentar a escravidão como sendo resultado do comportamento do povo negro. Nesse sentido vale salientar que a escravidão retratada nesse manual didático não é apenas comercial, mas também cultural, uma vez que os mesmos são descritos em situações extremas.

Algo importante que é posto quando se fala da escravidão é o processo de travessia no qual os negros na condição de escravos eram submetidos, inclusive é nesta perspectiva de escravidão que o negro está representado no livro analisado. Esse percurso era feito de forma muito precária, e geralmente duravam muitos meses dependendo do local destinado, dessa forma, muitos escravos morriam ou ficavam muito doentes não conseguindo chegar ao destino pretendido pelos europeus e acabavam sendo jogados em pleno mar.

Como uma maneira de reforçar estas informações, o autor mostra-nos um mapa dos “Portos de embarque de africanos (séculos XVI e XIX)”, destacando os principais trajetos feitos pelos traficantes de escravos e conseqüentemente onde acontecia com frequência o desembarque dos negros, usa também uma pintura de Debret (1835) que focaliza os negros

como seres conformados e passivos com sua situação, ao mesmo tempo, que aparecem em condições inferiores.

Embora retratados dessa forma, adiante o autor aborda as formas de resistência que os negros costumavam usar para contrariar os feitores, por exemplo, destruíam máquinas, incendiavam plantações, faziam as atividades designadas de forma lenta e utilizavam fortemente a capoeira como instrumento de aversão aos abusos que estavam sujeitos.

A essas representações do negro, deve-se estar atento para que as formas de resistência, quando abordadas na sala de aula, não acabem caracterizando-o negativamente, pois, dentre os pontos destacados nesse livro didático sobre os negros, aspectos positivos além das primeiras imagens que abrem o capítulo são ausentes no decorrer da unidade em estudo.

Nesse contexto, acreditamos que a prática docente deve sempre problematizar questões como o racismo, o preconceito e a discriminação. Discursos muito presentes no nosso cotidiano e inclusive nas escolas, muito embora, haja discursos contrários, nesse sentido posicionamentos vêm sendo assumidos, nas palavras de GONÇALVES (2012):

Contra essa situação vêm se posicionando muitos intelectuais, afro-brasileiros ou não, dentro e fora da academia, os Movimentos Negros e os Neabs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros) que, junto a outras forças sociais progressistas, vêm tentando modificar essa situação (GONÇALVES, 2012, p. 56).

Outro aspecto observado foi às tarefas que os negros tinham que desenvolver nas atividades de rotina, afazeres extremamente exaustivos. O trabalho no engenho, na casa grande, a má alimentação, os maus tratos tudo isso fazia com que os negros tivessem seu tempo de vida bastante reduzido, uma vez que, a violência física por meio de objetos como a palmatória ou a máscara de flandres era algo muito normal.

Muitas tentativas de escapar aconteciam principalmente para livrarem-se das agressões e para reforçar essas ações de fuga o autor apresenta os Quilombos mais conhecidos entre eles o dos Palmares, um mapa com essas localizações também é mostrado, bem como suas remanescentes, um documentário é sugerido e traz os cinco quilombos remanescentes no Brasil, incluindo também um vídeo que trata da dominação e da resistência dos escravizados.

Para melhor contextualização desses temas destacados, o autor utiliza basicamente, em todos os pontos abordados no capítulo, fotos, gravuras, sugestões de vídeos, perguntas norteadoras, enfim ele apresenta várias fontes para trabalhar de diversas maneiras o tema

proposto. Devemos observar esses recursos de forma positiva, são elementos que contribuem para um diálogo mais rico e no caso dos vídeos e documentários acrescentam outras informações além das presentes no livro.

Com todos esses recursos para trabalhar a temática, é preciso pensar se os profissionais saberão explorar as diversas possibilidades, de maneira a conseguir problematizar as questões étnico-raciais no ambiente escolar de forma a estimular o respeito e o reconhecimento entre os mais variados sujeitos positivamente. Assim, uma ação que pode, certamente, ser eficaz, nesse sentido, seria “educar-se para a convivência respeitosa das diferentes subjetividades e valores coexistentes em sociedades multiculturais, para o respeito à diversidade. É bem sabido que “isso implica em uma mudança de atitudes e de valores” (GONÇALVES, 2012, p. 55)

Logo, são indispensáveis os estudos sobre os conteúdos expostos nos livros didáticos, principalmente quando pensamos as escolas públicas como é o caso do Antonieta Correa de Menezes, levando em consideração que esses manuais são muitas vezes a única fonte de leitura, sendo assim, os instrumentos em que os alunos buscam conhecimento. Somos conhecedores da importância dos livros didáticos nas escolas, por isso nos propusemos justamente a fazer este estudo voltado para o ensino obrigatório da História e Cultura afro representado pela lei 10.639/03 que visa contribuir com a redução do racismo nas nossas escolas e sociedade em geral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos uma breve contextualização da Lei 10.639/03 visto a sua importância e acreditando que essa legislação tem contribuído gradativamente para a diminuição de ações racistas e estereotipadas no ambiente escolar. No entanto, sabemos que o pouco conhecimento entre os docentes acerca do que esta proposto na lei ainda é grande, logo, compreendemos que, para haver mudanças nas práticas pedagógicas em sala de aula, a formação dos docentes é de fundamental importância, pois só assim os professores terão subsídio para desmistificar a história do negro na construção da nossa história.

Salientamos que trabalhar conteúdos relacionados à temática da Cultura Afro não é algo simples de se fazer na escola, principalmente porque existe uma carência em materiais pedagógicos que contemplem as discussões e quando existem é muito comum encontrarmos discursos que inferiorizam o negro, atribuindo-lhe aspectos negativos. Nesse ponto de vista,

acreditamos que observações referentes à forma como os conteúdos sobre a cultura e os povos africanos são apresentados merecem ser analisados para que não acabem sendo reproduzidas por alunos e professores discursos de preconceito e intolerância racial. Nesse sentido, AVELAR (2010) ressalta que

(...) a escola tem papel central na busca do redimensionamento dos valores e das posturas, ou seja, na reeducação das relações étnicorraciais, e, portanto, precisa assumir seu papel transformador, pautando sistematicamente questões conflituosas e inegavelmente de difícil abordagem, promovendo junto à sua comunidade escolar o caminho do diálogo e do debate aberto e plural. (AVELAR 2010, p. 12)

Sabemos que apenas a criação da lei não trará os resultados pretendidos, é preciso que na condição de professores ou não, queiramos vislumbrar propostas que contribuam para a educação das relações étnico-raciais (ERER), ou seja, novos conhecimentos, formações, materiais pedagógicos diversificados, enfim, devemos reconhecer os negros e negras como sujeitos históricos do nosso país cabendo a escola fortalecer e valorizar essa relação plural entre os mais diversos sujeitos da nossa sociedade.

ABSTRACT

The present article discuss about the law 10.639/03 and the necessaries aspects to the applicability of it in the classroom, understanding the importance of teacher's formation and, the relation between teacher-didactic book. The research was realized in the Escola Antonieta Correa de Menezes, situated in the city of Pilões-PB with the teachers and the didactic book used in the school year of 2016 in the discipline of history in the classes of 2° year of high school. The adopted methodology consisted in the qualitative analysis of collected data starting of questionnaires made to the teachers of different disciplines acting in the institution. As a result, we perceived in the descriptions of the teachers the necessity of formation and many difficulties about work in education directed to relations ethnic-racial. Therefore, considering the relevance of the law 10.639/03, we seek to reflect about the importance of teacher's formation, as well as the way that the black peoples are described in the didactic book, here presented.

Key-words: Law 10.639/03, Teacher's formation, Didactic book.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcia de Albuquerque. **O afro- descendente na historiografia didática de história da Paraíba para o Ensino Médio: de 2001 a 2011 sob a luz da Lei 10.639/2003**. João Pessoa, 2012. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

AVELAR, Christiane Pinheiro dos Reis Calil; VALENTIM, Silvani dos Santos. **CULTURA AFRO-BRASILEIRA E EDUCAÇÃO: o processo de implementação da lei 10.639/2003 nas escolas públicas municipais de belo horizonte**. 2010
Disponível em: www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010. Consultado em 22 de Agosto de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações. Textos de História**, Brasília, DF, v. 4, n. 2, 1996.
Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5790/0>. Consultado em 22 de Agosto de 2016.

_____, José Ricardo Oriá. **Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005.
Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Consultado em 22 de Agosto de 2016.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

_____, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. In: Revista Currículo Sem Fronteiras, v, 12, n.1, pp. 98-109, Jan./Abr/2012.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende; RIBEIRO, Ana Paula Alves. **A lei 10.639/03 e a Formação de Educadores DIVERSIDADE E SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012.

KRAUSS, Juliana Souza; ROSA, Julio César da. **A importância da temática de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas**. Antíteses, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp. 857-878.
Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Consultado em 22 de Agosto de 2016.

OLIVEIRA, Elaine Santos de; SANTOS, Maria Alaine da Silva ; SILVA, Andréa Giordana Araújo da. **O LIVRO DIDÁTICO: Um Estudo da Abordagem da História do Negro em São Luís do Quitunde**. 2014. Disponível em: <http://epeal2014.dmd2.webfactional.com/trabalhos-identificado/63-Com-identifica>. Consultado em 22 de Agosto de 2016.

SILVA, Tássia Fernanda de Oliveira. **Lei 10.639/03: por uma educação antirracismo no Brasil**. Ano VII, V.16, jul-dez de 2012 - ISSN 1980-8879 | p. 103-116.